

KURY, L.; GESTEIRA, H. (orgs.) *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. 328p.

Daniela Casoni Moscato*

Em dezembro de 2012, a Revista História da Historiografia¹ dedicou seu 10º número ao dossiê *Diálogos Historiográficos: Brasil e Portugal*. Com apresentação da brasileira Iris Kantor e do português Thiago C.P. Dos Reis Miranda, o dossiê confirmou novas reflexões históricas acerca da clássica relação Brasil/Portugal ou, nas palavras dos apresentadores, “novos espaços de interação acadêmica luso-brasileira”.² O livro *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*, da EdUERJ, publicado em 2012, ao trazer também essa característica, reafirma o avanço dos estudos dedicados às históricas relações luso-brasileiras. A cuidadosa edição é abundante em belas ilustrações/desenhos de naturalistas, mapas e pinturas, que dão início às cinco partes da obra. Alguns dos artigos trazem cartas geográficas, plantas baixas e imagens em perspectiva, em elegante impressão, o que, certamente, colabora para a apreciação da leitura.

A obra, que compreende vinte artigos, discorre sobre a época pombalina, de 1750 a 1777, período em que o Marquês de Pombal exerceu o cargo de primeiro ministro português, e sobre o reinado joanino, iniciado em 1808 e se estendeu até a Independência do Brasil. Desta forma, textos sobre o Iluminismo português, a transferência da corte para a América e as relações que envolveram a Independência estão permeados de reflexões acerca de temas caros à história das ciências no Brasil.

Resenhar vinte artigos de vinte e dois autores é um trabalho laborioso. No caso dessa obra, cada autor, com suas particularidades, ofereceu uma leitura prazerosa de textos fundamentados em diversas fontes históricas, mas com o propósito de produzir uma obra comum. Assim, apresentar cada parte deste livro foi a solução encontrada para ser fiel ao objetivo de um

* Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: historiar7@gmail.com

¹ Diálogos Historiográficos: Brasil e Portugal. In: *Revista de História e Historiografia* vol. 10. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/issue/current>>. Acesso em: 15 mar. 2013

² KANTOR, I.; MIRANDA, C.P.D.C.R. Apresentação. In: *Revista de História e Historiografia* vol. 10. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/issue/current>>. Acesso em: 15 mar. 2013. p.10

Ensaio: reunir estudiosos e suas reflexões acerca das ciências e suas técnicas no Brasil oitocentista.

A primeira parte, intitulada *A arte de curar no Brasil: entre novos e velhos saberes*, de autoria de Cristina Deckmann Fleck, expõe as práticas curativas jesuíticas nos séculos XVII-XVIII. A análise destaca as proibições médicas na ordem jesuítica, o largo emprego de uma terapêutica mágica de cunho cristão e outras situações de cura baseadas em tradições guaranis, um misto de mística e razão que acabaria “por conferir incontestável originalidade — pela inegável capacidade de síntese entre a tradição e inovação — à Companhia de Jesus nos séculos XVII e XVIII” (p.29). Este estudo prepara o leitor para o artigo seguinte: *Rumo ao Brasil: a transferência da corte e as novas trilhas do pensamento médico*. Nele, Márcia Moisés Ribeiro, ao apontar os avanços médicos nos séculos XVII e XVIII, mostra como a modernização do Império português possibilitou “o fomento de atividades práticas de indivíduos ligados ao mundo das ciências por meio de estímulos às viagens exploratórias, como também a publicação de obras de autores luso-brasileiros e a tradução de estrangeiros” (p. 34). A transferência da corte para a colônia americana intensificou a circulação de conhecimentos médicos e trouxe teorias em voga na Europa, como algumas modificações nas práticas curativas. As mudanças nas práticas de cura e as especificidades de um estudo histórico dedicado às ciências podem ser identificadas na análise da própria concepção de História das ciências apresentada no artigo *Os dilemas da História social das ciências no Brasil: as artes de curar no início do século XIX*, de Betânia Gonçalves Figueiredo e Graciela de Souza Oliver.

A parte *A ciência e a arte no Rio de Janeiro* traz temas ambientados na cidade brasileira da corte portuguesa e, posteriormente, capital do Império. O primeiro artigo traça um panorama da medicina nas primeiras décadas do século XIX, e Tânia Salgado Pimenta discorre acerca dos caminhos percorridos para a oficialização das artes de curar, no texto *As artes de curar e a Fiscatura-Mor na época de D. João VI*. Os dois textos seguintes demonstram, em suas particularidades, como as modificações da paisagem, no Rio de Janeiro, estavam estritamente relacionadas aos discursos médicos vigentes na época. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro e as paisagens da Corte*, de Ana Rosa de Oliveira, analisa essa premissa com base no Jardim Botânico e as representações que o envolveram. Lorelay Kury, em *Rio de Janeiro Joanino: entre o mar e o mangue*, aborda os debates acerca da organização urbana da cidade e as modificações realizadas e, desse modo, alcança o que se propôs nos primeiros parágrafos do texto: “Minha abordagem aqui pretende ser diferente.

Acredito que a noção de ‘necessidade’ deve ser historicamente pensada[...]. Ou seja, as soluções para os problemas só aparecem quando os problemas são colocados como tal” (p. 86).

A terceira parte da obra, *Inventários e utilização da natureza*, apresenta, nos três primeiros textos, aspectos que envolveram as viagens científicas portuguesas nos séculos XVIII e XIX. Em *Instructio Peregrinatoris. Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII*, Maguns Roberto de Mello Pereira e Ana Lúcia Rocha Barbalho Cruz exploram como eram idealizados e realizados os manuais de instrução para viagens científicas destinadas a naturalistas do império português, inclusive, luso-brasileiros. A elaboração e o uso desses manuais confirmam o entusiasmo científico pelo qual passava o setecentos, basta lembrarmos o papel que a Universidade de Coimbra desempenhou no crescimento das ciências no reino luso. Um dos reflexos dessa ebulição da ciência foi a internacionalização das relações científicas. João Carlos Brigola, em *O colecionismo científico em Portugal nos finais do Antigo Regime (1768-1808)*, atesta como as instituições portuguesas mantinham um imenso intercâmbio científico com instituições como: Real Jardim Botânico de Madri; Jardim Real de Kew e Royal Society, em Londres; Universidade de Amsterdã; Universidade e Jardim Botânico de Copenhague e tantas outras (p.137). *A fabricação da pólvora e trabalhos sobre o salitre: Portugal e Brasil de finais do século XVIII às primeiras décadas do século XIX* é o título do estudo apresentado por Márcia Helena Mendes Ferraz, que, valendo-se de documentação impressa e de manuscritos, analisa o debate acerca dos métodos utilizados para a obtenção e purificação do salitre, assim como, o avanço e a circulação das práticas e das análises científicas. Neil Safier, com o texto *Instruções e impressões transimperiais: Hipólito da Costa, Conceição Veloso e a ciência joanina*, demonstra como a circulação de ideias científicas se deu por “(...) canais menos institucionais de circulação do conhecimento em relação ao mundo natural” (p. 169). Igualmente, em *Naturalista e homem público: a trajetória do ilustrado Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1796-1823)*, Alex Gonçalves Varela apresenta um lado pouco estudado desse político que também foi grande naturalista.

Os quatro primeiros textos agrupados na parte seguinte, *As ciências e a construção do território do Brasil*, concentram-se em apresentar, minuciosamente, como se deu a elaboração dos espaços científicos brasileiros. Os artigos de Beatriz Piccoloto Siqueira Bueno, Heloisa Gesteira, Nelson Sanjad e Iris Kantor demonstram como a construção do território português, na

América, se fez, também, pela relação entre ciência e política. Nessa perspectiva, os autores identificam elementos importantes: a herança iluminista portuguesa, a necessidade de construção do território ultramarino, a circulação de diferentes profissionais da ciência e a americanização do Império português. Já, Ângela Domingues, em *Viagens e viajantes europeus e descrição do Brasil: correspondência de Leopoldina e o paradisíaco Brasil*, atesta, pelo olhar da jovem Imperatriz, algumas representações acerca do processo de construção territorial que permeavam o XIX:

Tal como outros viajantes anteriores a ela, como Spix e Martius, John Luccock ou Johann Emanuel Pohl, Leopoldina desenvolveu, logo após sua chegada ao Brasil, uma admiração genuína e sincera pelas belezas naturais e pelas potencialidades econômicas contidas na natureza de seu Brasil (p. 257).

A última parte, *Instituições e Letras*, apresenta artigos dedicados à circulação dos saberes científicos entre Portugal e no Brasil. *Portugal- Brasil, 1808. Trânsito de saberes*, de Maria de Fátima Nunes, aborda a relação transimperial dos saberes científicos acumulados até 1808 e sua continuidade após a mudança da família real portuguesa:

[...] a ida da corte para o Rio de Janeiro com o embarque de um patrimônio científico e cultural extremamente valioso: bibliotecas (individuais, institucionais e públicas) e instrumentos científicos para a colônia Brasil (...) Desse embarque nasceram os (futuros) espaço de ciências e das bibliotecas coloniais emergiram as bibliotecas da (futura) nação do Império brasileiro (p. 268).

No artigo, *Natureza, ciência e política no mundo luso-brasileiro de inícios do século XIX*, Guilherme Pereira das Neves argumenta como o Iluminismo português engessou-se pela forte tradição social e cultural do mundo luso-brasileiro:

[...] parece-me muito difícil deixar de considerar o lugar limitado ocupado pelas Luzes no mundo luso-brasileiro (...). No entanto, se elas, as Luzes, não deixaram de desempenhar um papel instrumental no que diz respeito ao conhecimento da natureza, em termos de política, em seu sentido mais amplo, o fizeram no 'interior das estruturas mentais que [as] dominam e enquadram', em vez de se mostrarem [...] (p. 289)

A *institucionalização das práticas científicas na corte do Rio de Janeiro*, de Maria Rachel Fróes da Fonseca, apresenta como os espaços institucionais, em especial, no Rio de Janeiro, expressavam os interesses pelas diversas áreas científicas, como a medicina. Finalizando o livro, o artigo, *A gênese moderna do artigo de fundo e da campanha de imprensa: o Correio Braziliense ou Armazem*

Literário, de José Augusto de Santos Alves, evidencia a importância desse periódico para o nascimento da imprensa moderna em Portugal e no Brasil.

Os artigos aqui resenhados apresentam a história luso-brasileira pautada na relação transimperial que se estabeleceu a partir do momento que os navegantes lusos aqui atracaram. Entretanto, os textos orientam que tal relação não se limita à comparação entre locais de um mesmo Império, mas abrange o compartilhamento de elementos comuns, ou seja, os aspectos das ciências e suas práticas não foram somente apropriados e reproduzidos, mas se tornaram parte de saberes contínuos do Império Português. Ao aprofundar essas questões, alguns textos trazem a história de intelectuais e de instituições, num debate necessário e urgente para a apreensão da história das ciências e da história de Portugal e do Brasil. Esse “retorno” a estudos acerca de intelectuais e instituições é também a indicação de que as reflexões sobre determinadas práticas são importantes para a construção do saber científico e das ciências, entre elas, da própria História.

Resenha recebida para publicação em 19/04/2013

Resenha aprovada para publicação em 21/06/2013